

1 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - **SEDS/PR**
2 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CEDCA/PR**
3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias
4 CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná



5
6 **Assembleia Extraordinária**
7 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**
8 **CEDCA/PR 14/03/2017**
9

10 Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2017, às 14h00, na Sala da ESA no 1º andar da **Ordem dos**
11 **Advogados do Brasil - OAB-PR**, à rua Brasilino Moura, 253 - bairro Ahú, estiveram reunidos os integrantes do
12 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR**, convocados especialmente, para
13 essa Assembléia Extraordinária com pauta única: "**Relatório de atividades FIA/2016**". •**Presenças:** Conselheiros
14 Marcela Evangelista (SEDS), Débora Cristina dos Reis Costa (ABEC), Silmara Cristina Sartori (SETI), Waldemar
15 Morello (Casa Civil), Dinari de Fátima Estrela Pereira (Centro de Nutrição Renascer), Elidiamara Simões Nunes
16 (APAE de Umuarama), João F. Tigrinho (SEPL), Prisciane de Oliveira (Suplente SEDS), Cilmara de Fátima Buss de
17 Oliveira (Assoc. De Pais e Amigos do Deficiente Visual), Maria Leolina Couto Cunha (ACRIDAS), Maísa Machado
18 Antonio (Comunidade Católica Emanuel), Alex Sandro da Silva (SEJU), Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do
19 Iguaçu), Jacqueline Ribas (SEET), Francisco dos Santos Marcos (APAE de Jaguariaíva), Edna Aparecida Sarro
20 (Comunidade de Assistência Bom Pastor), Maria Tereza Chaves (Assoc. Educacional Espírita Lins de
21 Vasconcelos), Iolanda Maria Novadzki (SESA), Joelma Silveira e Silva (SEED), Ana Claudia Machado
22 (SESP)totalizando **20 Conselheiros**, além das técnicas Carla Andréa, Ligiane e Carina (SEDS) Odelita, Maiara
23 Abreu (SEDS), Paula (Prog. Família Paranaense). Abrindo o evento, a **Presidente Débora dos Reis Costa**
24 **(ABEC)** deu as boas vindas aos presentes, agradecendo primeiramente à Presidência da OAB-PR na pessoa do
25 Dr. Anderson Rodrigues. De maneira fidalga, essa instituição disponibilizou as suas instalações ao CEDCA/PR,
26 durante esses três dias cujos trabalhos estão acelerados. O advogado que representa a OAB nesse Colegiado,
27 garantiu que a instituição é a casa da democracia e o CEDCA seria a casa da democracia participativa. De forma
28 gentil, a OAB acolhe todos os Conselheiros durante as suas atividades. A **Conselheira Marcela Evangelista**
29 **(SEDS)** foi convidada a conduzir os trabalhos, quando relatou ter enviado vários arquivos por e.mail, referentes à
30 prestação de contas. Questionou se o relatório contendo cerca de 58 páginas havia sido lido pelos Conselheiros. Ao
31 mesmo tempo, informou que várias técnicas das diversas Coordenadorias da SEDS encontravam-se no recinto,
32 com o objetivo de dirimir possíveis dúvidas, surgidas no decorrer da leitura do instrumento. Passando a abordar as
33 cinco Políticas abrigadas na Secretaria da Família, enumerou os Conselhos detentores de Fundo, o trabalho
34 interligado com os 22 Escritórios Regionais atendendo os 399 Municípios. Computando, o Conselho realizou 11
35 Reuniões Ordinárias e 12 Extraordinárias. A primeira na UNIPAR, com um público de 200 pessoas. A **Conselheira**
36 **Marcela** foi levando avante a leitura do documento e os Conselheiros passaram a apontar os destaques. •**CPSB**
37 (Representante **Odelita Milanese/SEDS**) fazendo um resumo, a técnica e Coordenadora Estadual do CAD - Único
38 falou sobre os 24 Centros da Juventude, de suas atividades e número de jovens atendidos. Já na sequência, a
39 **técnica Carla** trouxe informações sobre CREAS, no momento 179 em 157 Municípios - Execução das medidas

40 sócio-educativas em meio aberto - assessoramento a Municípios. ●**Liberdade Cidadã** - programa de
41 cofinanciamento a esse serviço - Deliberação nº 054 - o processo de adesão foi iniciado agora, abrangendo 144
42 Municípios. Já em 2016, foi realizado o **1º Encontro de Medidas Socio-Educativas em meio aberto**, contando
43 com 373 participantes, entre CREAS-CENSES-Conselhos Tutelares e outros. ●Registrada a chegada do
44 **Conselheiro Vice-Presidente, Alann Bento (SEDS)**, Coordenador da Política de defesa dos direitos de crianças e
45 adolescentes. ●**Ações estratégicas do PETI**- 57 Municípios - 2º Seminário Estadual de Ações E. Do PETI-
46 Recursos do FIA. ●**Alta Complexidade** trata-se de uma luta cotidiana. ●**Programa Crscer em Família** - aberto
47 para 202 novos Municípios (hoje 106 Municípios) ●**Coordenadoria da Criança e do adolescente - Técnica**
48 **Prisciane**. Muitas das ações dessa Coordenadoria não são passíveis de decodificar. Realizado um Seminário mais
49 duas vídeo Conferências, acompanhamento de processos, várias campanhas e mais de um milhão e 200 mil
50 materiais distribuídos. ●**Família Paranaense - Técnica Luciana AFAl**- Brincadeiras na comunidade atendimento
51 prestado a quilombolas e ações com outras Secretarias- Articular as Políticas Públicas para desenvolver ações.
52 ●**Renda Família Paranaense**- 399 Municípios. Complementação de renda, passada diretamente aos Municípios.
53 Em 2016, 32,017 famílias atendidas. - Projetos vinculados. ●**SEJU- Conselheiro Alexsandro** Qualificação nos
54 CENSES- 428 certificados- 623 participações de julho a setembro e no 3º ciclo 176 turmas com 724 participantes.
55 -**Projeto Karatê** - 2 horas semanais - 1565 adolescentes -de julho a agosto (411)- de setembro a novembro - 453
56 adolescentes. ●**Projeto Arte e Ação** - 120 turmas de cada Oficina - 135 mostras culturais- Cursos do PRONATEC -
57 O Karatê é desenvolvido em todas as unidades. ●**Oficiar** a PGE, verificando como estão os repasses de recursos
58 do FIA para obras, reformas e construções, para os Centros de Educação. Solicitando registro em ata, o
59 **Conselheiro Renann Ferreira** (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu) referiu-se à séria questão que revela: há cerca de
60 2 anos recursos são deliberados e permanecem sem execução. Essa situação por demais desagradável acaba por
61 macular a imagem desse Conselho (**comunicado à CCJ- MP e OAB**)- **A Presidente Débora (ABEC)** referiu-se à
62 Escola de Conselhos, também com um pequeno valor executado. Visando trazer maiores esclarecimentos, o **Vice-**
63 **Presidente Alann Bento (SEDS)** informou que foram liberados 5 milhões de reais para capacitação de Conselhos
64 Tutelares e CMDCA. Foram realizadas diversas reuniões com as Universidades, porém muitos impedimentos
65 interferiram nessas contratações. Algumas pleiteavam um pagamento antecipado, porém essa questão teve
66 impedimento jurídico. Tentou-se outras alternativas e a proposta foi reformulada. Assim, a alternativa encontrada foi
67 disponibilizar vagas em cursos de extensão e assim foi feito. (1º parcela após a matrícula). Ainda será necessário
68 uma pesquisa de mercado e outros dois orçamentos para ter a dispensa da licitação. A divisão de lotes será por
69 Regional, abarcando as sete Universidades. Somar os orçamentos, elaborou uma pesquisa de mercado e enviar
70 para a PGE. Em dado momento, a **Presidente Débora Reis** opinou não ser correto utilizar recursos do FIA, para
71 pagar despesas de viagens. Deve sim fazê-lo com recurso da SEDS. Esclareceu então a **Conselheira Marcela**
72 **Evangelista**, que os Conselheiros quando vão a Brasília, o fazem através de recursos do Tesouro. Pontuou não ver
73 como um desvio, utilizar recursos para uma servidora que viaja pelo interior, lembrando que todas as medidas
74 tomadas são sempre de acordo com a Política do Conselho e consequente aprovação. Isso de dizer que não se
75 apresenta plano para o Colegiado é equivocado. Retomando o assunto, a **Presidente Débora R. Costa (ABEC)**
76 relatou ter sido questionada porque o CEDCA aprova tais questões. Acrescentou ainda que em 2016, foi aprovado
77 um plano de 84 milhões de reais, sendo agora constatada uma baixa execução, o que sem dúvida vem a prejudicar
78 crianças e adolescentes. Completou o **Vice-Presidente Alann Bento**, lembrando que foram expedidas cinco

79 deliberações que guardam um potencial de mais de 60 milhões. A Presidente disse questionar a questão do recurso
80 chegar lá e traz a reflexão da baixa execução. Segundo a técnica **Marcela (SEDS)**, a nomenclatura empenhada
81 significa o compromisso em pagar. Deixou claro que tem tentado trazer as informações com o máximo de
82 transparência, com tabelas explicitando os números. Pontuou ainda que os Municípios deverão estar se adequando
83 ao Marco Regulatório. Na sequência, foi apresentada a planilha com todas as deliberações e sequentes execuções.
84 (mudar a expressão **executada por empenhada**) •FIA- Doações para doze entidades - Formalizados os
85 empenhos orçamentários para 2016 • **Balancete mensal do FIA- Dezembro/2016** •**Relatório das doações por**
86 **projetos** •**Execução da Fonte 131** •**Superavit 2015 - dados** •**Execução de Fonte 102 (o que foi liberado e o**
87 **total empenhado)** •**Saldo orçamentário** •**Informação:** Não se tem superávit do Fundo da Pobreza. Na
88 sequência, algumas discussões ocorreram, alguns Conselheiros não aceitavam aprovar os relatórios apresentados,
89 apesar da garantia da Conselheira Marcela, de que não havia vinculação. Houve uma manifestação da
90 **Conselheira Maria Tereza Chaves** que cobrou uma posição: haveria dinheiro ou não? Concluiu que para os
91 Conselheiros, nada está muito claro. No seu papel, o **Vice-Presidente Alann Bento** reassaltou que os 54 milhões
92 não executados voltam para o Fundo da Pobreza. Se continuar deliberando em 2017, 2018, 2019, aí sim valerá a
93 preocupação. **Marcela Evangelista** (Grupo Financeiro da SEDS) apontou que o que se tem do Fundo da Pobreza
94 é orçamentário; se o financeiro não entrar, não é possível executar. A pedido da **Conselheira Marcela**, foi solicitado
95 que se **registrasse em ata**, o fato de que ao perguntar se todos os Conselheiros haviam lido os relatórios, **não**
96 **houve qualquer manifestação.** •**Elemento de despesa-** elaborado por conta do ofício encaminhado pelo
97 **Deputado Nereu Moura** (colocado em tela todo o demonstrativo das despesas). O material também se encontra
98 disponível no portal da transparência. Encerradas as questões afetas, a **Conselheira Presidente Débora** (ABEC)
99 agradeceu as atividades encetadas pela Coordenadora do Grupo Financeiro da SEDS, **Marcela Evangelista**,
100 pelas coordenações e informes de todas as Secretarias. Na sequência, considerou-se **aprovados** os relatórios
101 apresentados. Com relação aos balancetes, retomar a questão contábil, principalmente o Fundo da Pobreza-
102 Suspensa- Fonte 102. •**Informe:** Os Conselheiros **Francisco Renann e Edna** estiveram na Assembléia
103 Legislativa, participando da votação dos dois projetos de Lei do Fundo da Infância, os quais foram aprovados por
104 unanimidade. •Ofício procedente da Presidência da OAB, referente à substituição da **Dra. Maria Christina Santos**
105 **por Dra. Marga e Dr. Anderson Rodrigues.** -**Encerramento.** A presente ata foi gravada e redigida pela servidora
106 Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares, sendo a secretária executiva Maria Letícia
107 Zavala Dellê. Após aprovado este documento será publicado em Diário Oficial e inserido no site do CEDCA/PR.